

CDU 338.92 "1970-80"

QUESTÃO REGIONAL NO BRASIL: REFLEXÕES SOBRE PROCESSOS RECENTES

Leonardo Guimarães Neto
Pesquisador da Fundação Joaquim
Nabuco*

1. INTRODUÇÃO

Este texto sobre a questão regional procura dar uma visão de conjunto das regiões brasileiras, a partir da identificação de alguns processos relevantes que vêm ocorrendo — uns nas últimas décadas e outros desde fases mais remotas — e que provocaram transformações importantes nas economias regionais do país: na sua dinâmica e na sua estrutura produtiva.

As considerações que seguem abrangem três questões básicas:

- a) a primeira relaciona-se com uma descrição e considerações adicionais sobre as formas recentes de articulação e integração das regiões; aborda em particular o processo de articulação comercial, o de integração produtiva e examina as distintas formas através das quais a economia brasileira se insere na economia mundial e os rebatimentos dessa inserção sobre as economias regionais;

(*) Economista do Departamento de Economia do INPSO/FUNDAJ.

- b) a segunda parte diz respeito ao impacto desses processos sobre a dinâmica e a estrutura produtiva das regiões;
- c) a terceira aborda o tema específico da “regionalização” das grandes frações do capital e o ajustamento a que se submetem as regiões neste processo.

2. As Formas Recentes de Articulação/Integração das Regiões: Os Três Processos

2.1. O Primeiro: A Articulação Comercial

Já se afirmou, provavelmente com certo exagero, que a história econômica recente das regiões brasileiras se confunde com a história da industrialização do país e a da constituição e consolidação do mercado interno brasileiro. No embate que decorreu desses dois processos, foi-se conformando uma divisão inter-regional de trabalho e, neste contexto, foram-se definindo as estruturas produtivas e os papéis de cada região no interior da economia brasileira. Os ajustamentos que as regiões — no “arquipélago brasileiro” de espaços econômicos quase autônomos e mais vinculados com o exterior que internamente — tiveram que fazer à medida que avançava a industrialização e se consolidava o mercado nacional de bens, constituem objeto de investigação de vários trabalhos (*). Neste particular vale ressaltar o avanço que teve a indústria de São Paulo sobre os mercados regionais, os momentos críticos das indústrias das regiões menos desenvolvidas diante do acirramento da competição inter-regional — recordar a crise dos anos 50 da têxtil nordestina — e a reação das lideranças regionais e nacionais ao agra-

(*) CANO, Wilson. Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil — 1930/1970. Global Editora. Campinas 1985. ARAÚJO, Tânia Bacelar de. La Division Interregionale du Travail au Brésil et l'Exemple du Nord-Est. Université de Paris, 1979 (mimeo). MOREIRA, Raimundo. Una Política de Industrialización. El Nordeste Brasileño. Ediciones Siap — Planteos. Buenos Ayres. 1976. OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma Re(li)gião. Paz e Terra. Rio, 1977. GALVÃO, Olimpio Arroxelas. Regional Development in Brazil: a Study of Economic Integration in a Unevenly Developed Country. University College London. London. 1978 (mimeo). GUIMARÃES NETO, Leonardo. Introdução à Formação Econômica do Nordeste. Recife, FUNDAJ/Edit. Massangana, 1989.

vamento das "desigualdades regionais", o que deu lugar, nos anos 60, a novas formas de atuação do Estado nas economias regionais: notadamente Nordeste e Amazônia, através do Governo Federal e das Superintendências e Bancos de Desenvolvimento Regionais, e no Sul a articulação dos governos estaduais definindo formas conjuntas de atuação (*).

Esta foi a forma prevalente de vinculação entre as regiões que se delineia com a concentração da indústria em São Paulo, em particular, e no Sudeste, de modo geral, num processo que se acentua até o final dos anos 60 e início dos anos 70. Sua base foi a troca de mercadorias de produtores regionais que, com maior ou menor sucesso buscavam colocar nos mercados regionais os seus excedentes. Foram muito limitadas as transformações ocorridas nas regiões menos industrializadas nesta fase de articulação meramente comercial. Os ajustamentos que tais regiões tiveram que fazer ao impacto de avanço dos produtos industriais do Sudeste, sobretudo São Paulo, foram sem dúvida muito pouco significativos, dada a limitada capacidade de acumulação dos capitais locais visando reduzir o poder destruidor da competição inter-regional.

2.2. O Segundo Processo: A Integração Produtiva

Com início nos anos 60, em parte decorrente do próprio movimento do capital industrial, com seus fluxos e refluxos, em parte associado às novas formas de atuação do Estado nas economias menos industrializadas, em parte decorrente do próprio desenvolvimento industrial do país, à articulação comercial anterior se superpõe um outro processo que pode ser denominado de integração produtiva entre as regiões brasileiras. Este novo processo, que não nega, mas reforça o anterior, o de articulação comercial, tem por base o que se denominou de "regionalização do grande capital" (**), com a presença marcante da grande empresa esta-

(*) Ver, em particular, FONSECA, Pedro Dutra. BRDE: da Hegemonia à Crise do Desenvolvimento. BRDE. Porto Alegre. 1988. MÜLLER, Geraldo. A Economia Política Gaúcha dos Anos 30 aos Anos 60. In.: DACANAL, José H. & GONZAGA, Sergius (organizadores). RS: Economia e Política. Mercado Aberto. Porto Alegre. 1979.

(**) BRANDÃO, Maria de Azevedo. A Regionalização da Grande Indústria do Brasil: Recife e Salvador na Década de 70. In Revista de Economia Política. Vol. 5, Nº 4, out./dez. — 1985.

tal e dos grupos oligopólicos e de grande parte do capital nacional em todas as macrorregiões brasileiras, além do Sudeste.

A importância em distinguir o processo de articulação comercial do processo de integração produtiva não decorre apenas de uma preocupação teórica que tenha como objetivo separar, no ciclo do capital, as relações entre espaços diferenciados que têm por base o capital comercial, do conjunto de relações que têm sua sustentação no capital produtivo.

A distinção se faz sobretudo em razão do fato de que, enquanto prevaleceu o conjunto de relações mercantis, à base da chamada articulação comercial, o ajustamento das regiões no processo de consolidação do mercado interno brasileiro deu-se a partir das próprias possibilidades e limitações das frações regionais do capital que acomodaram, na medida das suas possibilidades, as estruturas produtivas regionais à competição inter-regional que se intensificou à medida que avançavam a indústria e a modernização do sistema e dos meios de transportes.

Com a transferência de frações do capital produtivo para as regiões menos industrializadas em busca de oportunidades de investimentos, surgidos com o desenvolvimento das forças produtivas do país, ou a partir das políticas regionais baseadas em incentivos fiscais e financeiros, as transformações que ocorrem são bem mais radicais. Não há, agora, mais o limite da acumulação de capital decorrente da própria capacidade de investir das economias regionais. A transferência de capitais de fora da região ampliou tais limites e tornou possível, através da grande empresa, uma mais rápida alteração da base e da estrutura produtiva das regiões. Uma frase de Celso Furtado ressalta bem, em relação ao Nordeste, a fase vivida pela região: "os obstáculos que em outras partes do mundo limitam o processo de modernização — e que se originam na balança de pagamentos e na insuficiente dimensão do mercado interno em face das emergências de tecnologia moderna — no Nordeste são contornadas graças à integração industrial com o Centro-Sul" (*).

Esta constatação de Furtado feita para o Nordeste pode-se estender, pelo menos, à região Norte e ao Centro-Oeste. A presença do grande capital possibilitou dinamismo e

(*) FURTADO, Celso. O Brasil Pós-"Milagre". Paz e Terra. Rio, 1981. p. 122.

transformações que não teriam ocorrido a partir da própria disponibilidade de recursos e dos agentes econômicos locais, no ritmo e intensidade verificados nas décadas de 60 e 70.

2.3. O Terceiro: As Formas de Inserção do País na Economia Mundial

Resta considerar um terceiro processo importante que é o das novas formas de inserção do país na economia mundial e os rebatimentos nas economias regionais. A abertura do sistema produtivo brasileiro que caracterizou a evolução econômica e as estratégias adotadas no período do ciclo expansivo de 1968/73, somou-se ao estreitamento dos laços com a economia mundial quando se definiu a premente necessidade de geração de divisas, sobretudo para o pagamento dos serviços da dívida que se avolumara a partir da desaceleração da economia, na segunda metade dos anos 70.

Os exemplos mais evidentes que podem ser referidos, além dos estímulos e dos seus impactos sobre a economia industrial do Sudeste, são: (i) o da contribuição que a ênfase na abertura do país às correntes comerciais externas trouxe para a região Sul e o intenso impacto sobre a modernização da agricultura sulina, em especial a do Paraná; (ii) a incorporação de extensas áreas do Centro-Oeste, particularmente do Mato Grosso e Goiás, com métodos modernos de exploração agrícola; (iii) a exploração das reservas minerais da Amazônia, particularmente do Pará.

Isto significa dizer que à presença do grande capital nas regiões menos industrializadas, aproveitando os incentivos fiscais financeiros e valendo-se da disponibilidade de terras e recursos naturais de outra ordem, visando o mercado interno brasileiro e a busca de uma complementaridade inter-regional, somam-se, agora, os estímulos governamentais vinculados à produção voltada para o mercado internacional, a ação direta de estatais dedicadas à extração mineral orientada para a exportação. Este fato reforçou a "regionalização" do grande capital que o desenvolvimento das forças produtivas do país e as exigências do seu mercado interno já haviam estimulado anteriormente.

3. Impacto sobre a Dinâmica das Regiões

Dos processos anteriormente referidos decorreram impactos significativos sobre as regiões brasileiras, notadamen-

te aquelas compostas de unidades da Federação menos industrializadas ou as que, em decorrência de sua maior disponibilidade de recursos naturais e matérias-primas estratégicas para o desenvolvimento das forças produtivas do país, e em razão das formas de inserção do Brasil na economia mundial, foram chamadas para integrar o pólo dinâmico da economia nacional.

Além disso, não se deve deixar de ressaltar a regionalização de grandes frações do capital produtivo (estatal, privado nacional e multinacional) que, se dirigindo para as regiões menos industrializadas, foram os grandes protagonistas do processo de integração de algumas regiões, sobretudo Amazônia e Nordeste. Este tema será tratado mais adiante. No presente item pretende-se ressaltar, muito sumariamente, dois pontos: (i) o dos impactos dos processos antes referidos sobre a dinâmica regional; (ii) o das transformações na estrutura produtiva das regiões.

3.1. O Dinamismo das Regiões

Na análise sumária que segue, optou-se pelo exame da dinâmica da economia regional levando-se em conta inicialmente o período 1970/80 e, em seguida, os anos 80, sobretudo sua primeira metade.

Os gráficos 1 e 2 mostram com clareza o fato já destacado por vários estudos que vêm discutindo a "reversão da polarização" na atividade produtiva regional nas últimas décadas, em particular nos anos 70 (*). Fica evidente, no confronto dos produtos regionais com o nacional, o crescimento maior das regiões periféricas, sobretudo a região Norte e Centro-Oeste, principalmente na segunda metade da década. Embora com menor intensidade, também o Nordeste e a região Sul apresentaram uma expansão maior que a registrada

(*) AZZONI, Carlos Roberto. Indústria e Reversão da Polarização no Brasil. São Paulo IPE. 1989. DINIZ, Clélio Campolina. Capitalismo, Recursos Naturais e Espaço: Análise do Papel dos Recursos Naturais e dos Transportes para a Dinâmica Geográfica da Produção Agropecuária e Mineral no Brasil e seus Efeitos no Padrão Regional Brasileiro. Campinas. UNICAMP, 1987.

para o Brasil. A única região que apresenta índices de expansão menor que a do país, é a região Sudeste, que concentrava mais da metade do produto brasileiro em 1980 (62,1%) e que, reguramente, definiu o comportamento da economia brasileira no seu conjunto.

No que se refere ao Norte e Nordeste, sua dinâmica nos anos 70 está, sem dúvida, associada às novas formas de ação do Estado, com início nos anos 60 por um complexo de razões, e que consolida na década de 70 um crescimento industrial muito atrelado e dependente de um conjunto de incentivos fiscais e financeiros, suficientemente vigorosos para atrair para a região grandes frações do capital produtivo antes referido. No caso do Nordeste não se pode deixar de mencionar a disponibilidade de recursos naturais e sua associação com a política de substituição de importação de produtos estratégicos da química e petroquímica, nem tampouco a modernização e diversificação do parque industrial da região que começa a se definir como produtora de bens intermediários para a atividade nacional, notadamente do Sudeste. No caso da região Norte, a criação de um pólo elétrico-eletrônico, voltado para a produção de bens de consumo duráveis para o mercado nacional, e a expansão da extrativa mineral voltada para o mercado nacional e sobretudo internacional, além de um esforço de diversificação industrial a partir dos estabelecimentos de grande e médio porte, definem a dinâmica da região e sua forte vinculação aos mercados nacionais.

O Centro-Oeste e sub-regiões da região Norte (sul do Pará e Rondônia) se transformam na nova fronteira agrícola, num processo complexo que comporta a presença de grandes frações do capital em modernos empreendimentos agrícolas e pecuários, a presença do imigrante com capacidade de implantar seus empreendimentos em moldes capitalistas ou que apenas lhe permite a subsistência, o surgimento de cidades e atividades urbanas vinculadas a serviços ou intermediação, a exploração de recursos minerais sob diversas formas e o desenvolvimento de uma intensa atividade especulativa que está associada à apropriação de grandes glebas de terras.

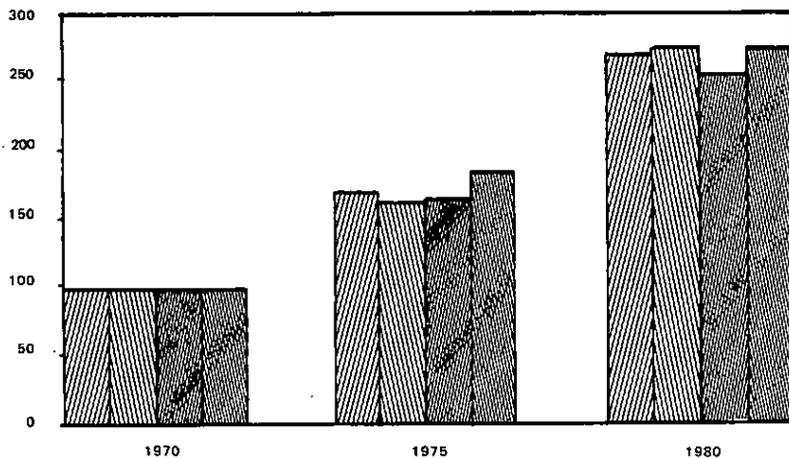
Não menos complexo é o conjunto de processos ocorridos na região Sul. Neste caso, a década de 70 assiste a um intenso processo de inovação tecnológica da agricultura

regional, a consolidação de modernos complexos agroindustriais e de segmentos industriais da região que se voltam para o mercado nacional e definem, nestes espaços, uma soldagem com a economia do Sudeste e das demais regiões brasileiras. Embora não se possa descartar a presença de frações do capital produtivo, comercial e bancário de outras regiões ou multinacionais na região Sul, é razoável a defesa da hipótese de que o atrelamento desta região ao pólo dinâmico do país se dá, em parte significativa, através das frações do capital regional que, neste processo de articulação/integração se "transformam" em nacional, ou seja, grupos econômicos que anteriormente estavam voltados para o mercado regional ou local se voltam para os mercados nacionais ou internacionais, ou ainda se expandem através de novos empreendimentos em outras regiões brasileiras, inclusive as periféricas da parte setentrional do país.

É evidente que este crescimento desigual das regiões, próprio do sistema no qual se está inserido, também é desigual no interior de cada região. Isto fica muito evidente, no exame dos dados da tabela 1. Merecem destaque neste particular, configurando, segundo alguns estudiosos, uma nova regionalização para o país, os seguintes aspectos:

- a) o crescimento explosivo constatado para a região Norte é, sem dúvida, muito heterogêneo, com Rondônia e Amazonas crescendo muito acima da média da região, e Amapá e Acre muito abaixo dessa marca;
- b) também no Nordeste, pode-se distinguir, a partir dos dados referidos, o dinamismo da Bahia, Rio Grande do Norte e Ceará, do crescimento bem menor que a média regional de Pernambuco, Paraíba e Sergipe, na década de 70;
- c) o menor crescimento do Sudeste, comparativamente ao das demais regiões brasileiras, como se assinalou, não é seguido por Minas Gerais nem Espírito Santo; vale o registro, nesta região, do caso específico do Estado do Rio de Janeiro, que se apresenta como um dos Estados menos dinâmicos de Federação nessa década;
- d) tomando como referência a média regional, na região Sul, o que se constata é o significativo dinamismo de Santa Catarina, seguido do Paraná, contras-

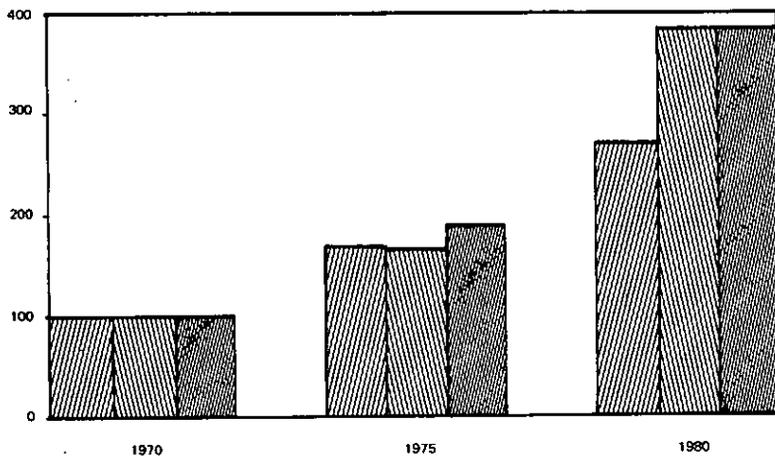
GRÁFICO 1: EVOLUÇÃO DO PRODUTO INTERNO DO BRASIL, NORDESTE, SUDESTE E SUL – 1970/80



Fonte: FGV.



GRÁFICO 2: EVOLUÇÃO DO PRODUTO INTERNO DO BRASIL, NORTE E CENTRO-OESTE – 1970/80

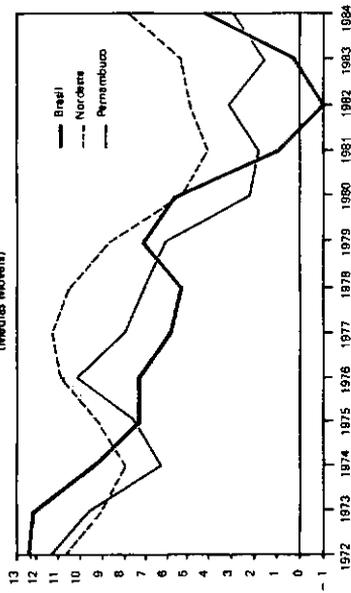


Fonte: FGV.

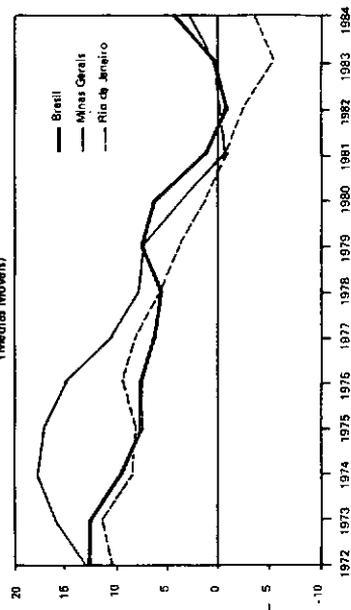


GRÁFICO 3

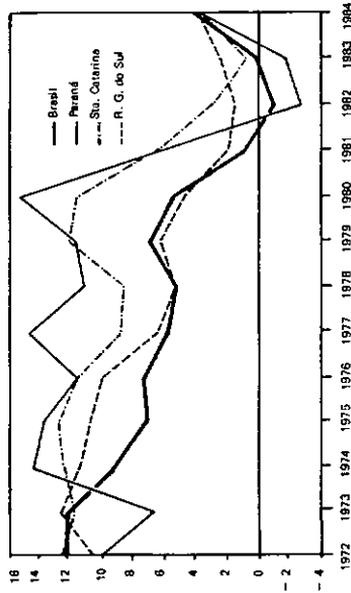
VARIÇÃO ANUAL DO PIB: BR, NE e PE,
(Médias Móveis)



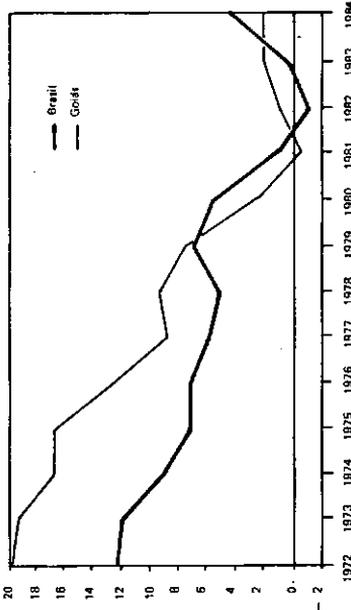
VARIÇÃO ANUAL DO PIB: BR, MG e RJ,
(Médias Móveis)



VARIÇÃO ANUAL DO PIB: BR, PR, SC e RS,
(Médias Móveis)



VARIÇÃO ANUAL DO PIB: BR e GO,
(Médias Móveis)



tando com o crescimento bem abaixo da média regional pelo Rio Grande do Sul;

- e) crescendo bem acima da média nacional na década de 70, na região Centro-Oeste constata-se uma expansão acelerada de todas as suas unidades federadas, não obstante Goiás apresente taxa de crescimento menor que Mato Grosso e Mato Grosso do Sul reunidos e que Distrito Federal; note-se que este crescimento menor de Goiás é bem superior ao registrado para o Brasil.

O que ocorreu em termos da evolução das regiões nos anos 80? Embora não estejam disponíveis informações a respeito do produto das regiões brasileiras, existem estimativas para algumas unidades federadas representativas que permitem que se tenha uma idéia do comportamento das regiões brasileiras na década atual, na entrada da crise e na curta retomada dos anos 1984-85. Uma advertência se faz necessária: é possível que existam diferenças metodológicas marcantes nas estimativas do produto feitas em diferentes unidades da Federação e por diferentes instituições de pesquisa.

O gráfico 3, elaborado a partir de várias fontes (FGV/IBGE e entidades estaduais de planejamento e estatística) mostra a evolução da economia brasileira, nordestina, de Pernambuco, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul e a economia goiana.

Fica mais uma vez evidenciado o maior impacto da desaceleração e da crise sobre as economias mais industrializadas ou aquelas nas quais a presença da atividade urbana é mais marcante. De fato, enquanto o crescimento do produto dos Estados de Minas Gerais e, sobretudo, Rio de Janeiro, permanecem no período 1980-85, com taxas menores que o país em seu conjunto, a "periferia" nordestina (com destaque para Pernambuco) e os Estados sulinos superam de muito as taxas constatadas para o crescimento do país no período referido.

Em síntese, tanto no período do ciclo expansivo e na fase de desaceleração da economia brasileira nos anos 70, como na crise do início dos anos 80 e na curta recuperação que se seguiu, tudo leva a crer que se assistiu a uma reversão da grande concentração econômica nas regiões mais in-

dustrializadas que só se fez acentuar nos anos precedentes, sobretudo após a implantação da indústria pesada no Sudeste, na segunda metade dos anos 50.

O confronto entre os dados do produto interno total e os do setor industrial do Nordeste e de São Paulo revelam com muita nitidez os contornos das duas constatações anteriores: a referente ao declínio menor da economia menos industrializada relativamente àquela de maior grau de industrialização nos anos 80, e as semelhanças entre os comportamentos ou a configuração mais global do movimento cíclico das economias, não obstante as diferenças que possam ser registradas nas suas taxas anuais. O gráfico 4 faz o paralelo, de um lado, entre os dados do produto interno total do Nordeste e São Paulo, e de outro, entre as informações referentes para o setor industrial. Com relação ao produto total, o que se observa, no interior do mesmo movimento de queda/desaceleração até 1983, de expansão (1984/86) e estagnação (1986/88) é um distanciamento cada vez maior entre o Nordeste e São Paulo, com esta última unidade da Federação registrando taxas menores de expansão.

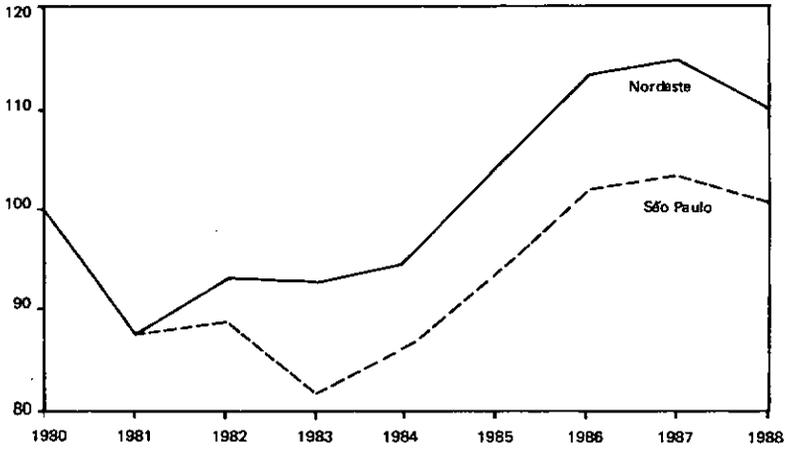
No que se refere ao produto do setor secundário, são mais próximas ainda as tendências gerais do Nordeste relativamente a São Paulo. No entanto, como o impacto em São Paulo na fase de crise é bem mais intenso na indústria paulista, o movimento ascendente (1984-86) e estacionário/descendente (1987/88) seguido pela região e pela unidade federada referida registra uma distância entre o Nordeste e São Paulo, com a primeira crescendo relativamente mais.

É bem verdade que isto não garante o prosseguimento, para os próximos anos, das tendências constatadas para os anos 70 e 80. E, de fato, alguns trabalhos recentes apontam nesta direção (*). O que ocorre em relação à siderúrgica, ao alumínio, papel e celulose, associado às novas tecnologias e o seu caráter poupador de mão-de-obra, energia e matérias-primas convencionais, pode ter repercussões significativas em diversas regiões. Outra questão: a partir da expansão na nova tecnologia, sobretudo com base na eletrôni-

(*) CANO, Wilson. Reestruturação Internacional e Repercussões Inter-regionais nos Países Subdesenvolvidos: Reflexões sobre o Caso Brasileiro. Campinas, 1989. (Mimeog.)

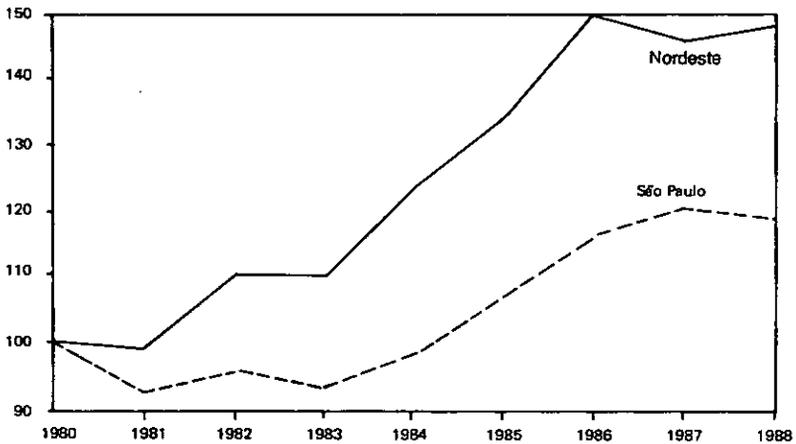
GRÁFICO 4

**NORDESTE E SÃO PAULO: EVOLUÇÃO DO
PRODUTO DO SETOR INDUSTRIAL (1980=100)**



Fonte: SUDENE e SEADE

**NORDESTE E SÃO PAULO: EVOLUÇÃO DO
PRODUTO INTERNO TOTAL (1980=100)**



Fonte: SUDENE e SEADE

TABELA 1

BRASIL: ÍNDICE DO CRESCIMENTO REAL DO PIB, SEGUNDO UNIDADES DA FEDERAÇÃO

País, Regiões, Unidades da Federação	Índice (1970 = 100,0)		
	1970	1975	1980
Norte	100,0	163,9	382,0
Rondônia	100,0	195,8	611,4
Acre	100,0	105,3	244,2
Amazonas	100,0	184,1	424,1
Roraima	100,0	180,1	354,4
Pará	100,0	162,0	372,5
Amapá	100,0	91,0	169,1
Nordeste	100,0	163,2	273,6
Maranhão	100,0	155,8	274,4
Piauí	100,0	172,6	276,0
Ceará	100,0	154,9	286,4
Rio Grande do Norte	100,0	187,4	304,8
Paraíba	100,0	167,9	244,8
Pernambuco	100,0	158,1	233,1
Alagoas	100,0	160,5	261,5
Sergipe	100,0	157,4	249,5
Bahia	100,0	167,7	305,4
Sudeste	100,0	165,5	254,6
Minas Gerais	100,0	175,3	299,8
Espírito Santo	100,0	152,3	330,0
Rio de Janeiro	100,0	155,8	227,7
São Paulo	100,0	168,0	254,2
Sul	100,0	183,1	271,9
Paraná	100,0	208,7	287,0
Santa Catarina	100,0	176,3	318,3
Rio Grande do Sul	100,0	169,1	248,0
Centro-Oeste	100,0	186,2	390,9
Mato Grosso + M. G. do Sul	100,0	195,1	412,6
Goiás	100,0	178,3	325,6
Distrito Federal	100,0	187,9	419,9
BRASIL	100,0	169,0	267,4

Fonte: FGV — IBGE.

Observação: Valores deflacionados pelo deflator implícito do PIB do país. O total do país desta tabela não coincide com o de outras tabelas, que neste caso é a soma dos valores das regiões. A diferença reside na não regionalização dos valores de alguns segmentos produtivos.

ca e na informática, é possível que as forças que atuam no sentido da concentração da atividade econômica venham a se fazer sentir.

Pode-se agora passar para o exame da afirmativa feita anteriormente a respeito de que, não obstante o crescimento diferenciado das regiões, o movimento cíclico da economia brasileira em seu conjunto encontra uma expressão similar, muito clara, nas distintas regiões e unidades da Federação.

As informações disponíveis a respeito do produto interno de algumas unidades da Federação — não obstante as questões metodológicas mencionadas — permitem que se tenha uma idéia a respeito dessa expressão regional e estadual do movimento cíclico da economia. Uma primeira abordagem pode ser feita com base nos dados disponíveis para o que se poderia considerar as três fases da economia nacional de 1970 a 1985: (i) a de auge do ciclo expansivo denominado de “milagre” brasileiro 1970-74; (ii) a fase de desaceleração: 1974-80, e (iii) a fase da crise e curta recuperação dos anos 80: 1980-85.

As informações da tabela 2 mostram que os anos 1970-74 correspondem a uma fase de intenso crescimento da economia brasileira em todas as unidades da Federação, listadas na tabela. Além disso, no período seguinte (1974-80), em grande parte delas, verifica-se uma desaceleração econômica relativamente às taxas obtidas no período 1970-74; é o caso específico, além do Brasil, de Pernambuco, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Goiás. Já o Paraná, Santa Catarina, a região Nordeste em seu conjunto e, segundo alguns indicadores parciais, a região Norte, não apresentam sinais evidentes de desaceleramento neste período. O caso do Norte e do Nordeste pode estar associado ao fato de que políticas setoriais, voltadas para a exportação e as novas formas de inserção da economia nacional no comércio internacional — (caso da extrativa mineral na região Norte) e as políticas de substituição de importação de produtos químicos e petroquímicos (caso do pólo de Camaçari na Bahia), contribuíram para dar continuidade à aceleração dessas economias regionais.

Voltando ao ponto central. O que os dados da tabela 2 e as informações constantes do gráfico 3 mostram é que dos processos anteriormente descritos, de articulação comercial e integração produtiva, resultou uma forte “soldagem” das economias regionais e estaduais nestas duas últimas décadas, de modo que o movimento cíclico da economia nacio-

TABELA 2

TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DO PRODUTO:

BRASIL, NORDESTE E ALGUMAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO.
1970-85

	1970-74	Períodos 1974-80	1980-85
Brasil	11,6	6,8	1,7
Nordeste	9,8	9,7	5,7
Pernambuco	9,5	6,7	2,9
Bahia	11,1	10,4	2,5
São Paulo (i)	—	7,1	1,3
Minas Gerais	13,7	10,1	1,4
Rio de Janeiro	8,7	6,1	— 2,7
Paraná	13,1	13,1	2,4
Santa Catarina	12,6	11,3	4,0
Rio Grande do Sul	10,6	7,7	2,5
Goiás	16,8	10,4	0,9

(i) Observação: 1975-80.

Fonte: FGV/IBGE, SUDENE e entidades estaduais de planejamento.

nal encontra, em todo espaço brasileiro, independentemente de seu grau de desenvolvimento ou industrialização, sua expressão nítida e indiscutível. É bem verdade que taxas diferentes de crescimento podem ocorrer, com regiões e unidades da Federação crescendo mais que outras, no entanto, em última instância, a configuração das economias regionais ocorre de modo similar, acompanhando de perto o fluxo e refluxo da economia brasileira e das regiões mais industrializadas.

3.2. Transformações na Estrutura Produtiva.

É evidente que os impactos econômicos associados aos processos antes considerados e ao crescimento anteriormente registrado implicaram mudanças na estrutura produtiva do país e das regiões. Em termos de produto regional um aspecto central a ser considerado é o avanço maior em todas as regiões do produto industrial. De acordo com as estimativas da FGV/IBGE as alterações são significativas, principalmente nas regiões de menor grau de industrialização. A tabela 3 mostra que a participação da indústria do Norte salta de 15% em 1970 para 37% no produto total da região; o Centro-Oeste de 7% a 15%. O caso nordestino também merece destaque, passou-se de uma participação da indústria no total da região de 18% em 1970, para 21% em 1975 e 30% em 1980. Foram similares as transformações estruturais ocorridas, no que se refere à importância relativa da indústria, no Sul: de 22% em 1970 para 37% em 1980.

Em síntese, a produção industrial, na década de 70 se faz mais presente nas regiões "periféricas", mesmo naquela, caso do Centro-Oeste, cuja característica fundamental, na divisão inter-regional de trabalho, foi a de voltar-se, fundamentalmente, para a produção agropecuária.

Este crescimento industrial ocorre, em todo o Brasil, através do decréscimo da posição relativa do grupo da indústria de bens de consumo não duráveis (alimentares, bebidas, têxtil, vestuário, editorial e gráfica, mobiliário, farmacêutica, perfumaria, fumo), no qual está grande parte dos ramos comumente classificados como os da "indústria tradicional", em favor dos grupos de bens intermediários (química, metalúrgica, mineral não metálicos, papel e papelão, madeira, plásticos, borracha, couros e peles) e bens de consumo duráveis e de capital (mecânica, material de transporte, material

elétrico). No entanto, o que é importante destacar é que a direção geral das transformações neste sentido dá-se de modo diferenciado nas diversas regiões brasileiras.

De fato, começando pela região Norte, o que se constata é que (v. tabela 4) o segmento de bens duráveis e de capital, praticamente ausente na economia regional no período anterior à política industrial coordenada pela SUDAM e pela SUFRAMA, passa de 5% em 1970 para 44% em 1980. Este salto é explicado sobretudo a partir do conjunto de indústrias que ali se localizam vinculadas ao ramo de material elétrico e, em segundo lugar, ao material de transporte. A indústria de bens de consumo duráveis, entre 1970 e 1980 expandiu-se a uma taxa anual de 54,1% ao tempo que a indústria regional, em seu conjunto, expandiu-se a uma taxa de 23,7% ao ano!

Com relação ao Nordeste, o declínio registrado dá-se em favor do maior peso da indústria de bens intermediários. Neste caso está-se diante de uma especialização da estrutura industrial do Nordeste em produtos voltados para o consumo produtivo da indústria brasileira na área química (mais especificamente petroquímica), plásticos, papel e papelão e borracha. Isto implicou, na década de 70, a consolidação do eixo químico da região que atualmente se estende pela faixa litorânea, integrando o pólo petroquímico de Camaçari, o complexo integrado de base de Sergipe e o pólo cloroquímico de Alagoas. Os dados da tabela 4 revelam que o grupo de bens intermediários no Nordeste passou, de 1970 para 1980, de uma participação de 34% para 47%: o de bens não duráveis registra um declínio relativo de 57% para 39%.

No caso específico da região Sul, o que os dados sugerem — além do declínio relativo, generalizado, do grupo de bens de consumo não duráveis e do pouco significativo aumento da indústria de bens intermediários — é o aumento de 12% em 1970 para 16% em 1980 da indústria de bens de consumo duráveis e de capital no valor da transformação industrial na região Sul. Tudo indica não ser irrealista a associação deste comportamento com o desenvolvimento da indústria de bens de capital sulista, notadamente a gaúcha, que vinculada anteriormente à produção agropecuária regional, na década de 70 diversifica seu mercado — com a expansão da moderna agricultura em outras regiões brasileiras e com a introdução de “ramos complementares na matriz de inter-relações industriais brasileiras” — e sua estrutura produtiva

TABELA 3**BRASIL E REGIÕES: PARTICIPAÇÃO SETORIAL NO PRODUTO INTERNO BRUTO**

— 1970-80 —

Regiões e Anos		Agricultura	Indústria	Serviços	Total
Norte	1970	24	15	61	100
	1975	22	20	58	100
	1980	16	37	47	100
Nordeste	1970	22	18	60	100
	1975	21	21	58	100
	1980	17	30	53	100
Sudeste	1970	7	37	56	100
	1975	6	37	57	100
	1980	6	42	52	100
Sul	1970	25	22	53	100
	1975	24	26	50	100
	1980	17	37	46	100
Centro-Oeste	1970	24	7	69	100
	1975	24	8	68	100
	1980	21	15	64	100
Brasil	1970	13	30	57	100
	1975	12	32	56	100
	1980	10	38	52	100

Fonte: FGV/IBGE

TABELA 4

BRASIL: VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL SEGUNDO REGIÕES E GRUPOS DE INDÚSTRIA
 — 1970 e 1980

Tipos de Bens	Brasil		Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980
Não duráveis	39	30	39	20	57	39	38	37	45	39	62	42
Intermediários	36	42	36	27	34	47	36	41	41	44	28	40
Duráveis e capital	22	26	5	44	6	8	25	30	12	16	4	7
Extrativa mineral	3	2	20	9	3	6	1	2	2	1	6	11
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE — Censos Industriais

notadamente no tocante ao ramo material de transporte (*). A este respeito, vale assinalar que estudo recente do IBGE registra que a indústria de bens de consumo duráveis e de capital sulista entre 1970 e 1980 expandiu-se a uma taxa de 18,5% ao ano, sustentada principalmente pelos ramos da mecânica (19,7% ao ano), do material elétrico (19,6%) (**).

O crescimento do produto por pessoa ocupada foi significativamente alto no país, na década 1970-1980, e foi generalizado em todas as regiões brasileiras. Mais uma vez, os dados revelam que as regiões menos industrializadas, inclusive a região Sul, mostram taxas acima da média nacional e superiores ao Sudeste. De fato, as maiores taxas de crescimento do produto por pessoa economicamente ativa (PEA) entre 1970 e 1980 foram encontradas no Centro-Oeste (8,2% ao ano) e no Norte (8,0%) seguido do Nordeste (7,5%) e do Sul (7,1%). O Sudeste registra um acréscimo do PIB/PEA de 5,3%, abaixo da média nacional de 6,2%. Vale o registro de que nesta época (mais exatamente 1970-82, segundo dados do Banco Mundial) o crescimento do produto segundo a força de trabalho foi de 1% nos Estados Unidos, 3,3% no Japão e 2,2% ao ano na Itália.

É evidente que este quadro muda nos anos da década de 80, quando a taxa de crescimento do produto brasileiro passa a ser extremamente reduzida (1,7% entre 1980-85, segundo tabela 2) e os níveis de emprego, pelo menos de acordo com as evidências da RAIS, PNAD e outros indicadores dos níveis de emprego, não desceram o suficiente para manter os patamares anteriores do crescimento da relação produto por pessoa economicamente ativa.

Para concluir esta visão geral da dinâmica das economias regionais e de algumas transformações relevantes, são apresentadas na tabela 5 informações relativas à participação do produto interno dos distintos setores produtivos das regiões no total do país.

O que se convencionou chamar de "reversão da polarização" é mais perceptível, nas últimas décadas, com relação à indústria regional. De fato, coerentemente com as ta-

(*) Ver a análise contida em ALMEIDA, Pedro Fernando de; MARCAN-TÔNIO, Roberto Silveira; LIMA, Rubens Soares de. A Indústria Gaúcha de Bens de Capital na Dinâmica da Economia Brasileira. FEE. Porto Alegre, 1986.

(**) OLIVEIRA, Evangelina Gouveia de, et alii. Indústria: uma Visão Geográfica nos Anos 80. In: IBGE. Brasil: uma Visão Geográfica dos Anos 80. IBGE. Rio, 1988.

xas de crescimento comentadas anteriormente, o que se percebe é que, alcançando seu ponto mais alto de concentração da indústria em 1970 (com 79,1%), o Sudeste reduz sistematicamente sua participação para 75,5% em 1975 e 69,1% em 1980. O espaço então deixado pela região mais industrializada é ocupado pelas demais, particularmente a região Sul, de 12% em 1970 para 16,2%; o Nordeste de 7% para 9,5%, nos referidos anos; o Centro-Oeste e o Nordeste partindo de um percentual muito pequeno mais que duplicou suas participações. No caso do Nordeste, volta-se à participação que a região registrava antes da implantação da indústria pesada, no Brasil, em 1949.

No que se refere ao produto agropecuário, a perda da posição do Sudeste vem sendo registrada há décadas. Isto se dá em favor do Sul, Centro-Oeste e região Norte. A região Sul avança sistematicamente até 1975, ano a partir do qual o Centro-Oeste e o Norte melhoram sua participação relativa mais claramente. O Nordeste apenas acompanha, no tocante à agricultura, a evolução do país. Registra-se que em dois períodos censitários (1970 e 1980) a agricultura nordestina esteve submetida a severas estiagens, que afetaram a produção no setor.

Com respeito ao terciário, vale o registro de que as alterações são significativas no que se refere ao Centro-Oeste, que aumenta, de muito, sua participação desde 1959, o que sem dúvida está associado ao crescimento do Distrito Federal e ao grande centro administrativo e de serviços em que Brasília se transformou a partir de então.

As mudanças não são tão significativas quando vistas a partir do produto interno total. Destaque deve ser dado ao Centro-Oeste (3,8% em 1970 para 5,1% em 1980); e o Sudeste, que claramente perde posição relativa (65% em 1970 para 62,2% em 1980).

Em resumo, dos processos em curso resultaram ao lado de uma expansão significativa das regiões na década de 70, mudanças na estrutura produtiva no interior de cada região e uma distribuição da atividade econômica entre as regiões que segue, em alguns setores como o industrial, um padrão distinto do que havia prevalecido até então. Com a desaceleração e crise dos anos 80 estes processos se interrompem; no entanto, como o impacto negativo concentrou-se em alguns estados do Sudeste, a "reversão da polarização" seguramente teve prosseguimento na década atual, agora num contexto de crescimento a taxas extremamente reduzidas.

TABELA 5

BRASIL: DISTRIBUIÇÃO DO PIB POR SETORES (1949-80).

Setores e Regiões	ANOS %				
	1949	1959	1970	1975	1980
1. Agricultura	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Norte	1,6	1,7	4,1	3,6	4,9
Nordeste	18,7	21,0	20,9	19,8	19,5
Sudeste	54,2	43,7	34,2	32,1	34,7
Sul	22,2	28,8	33,4	36,2	29,5
Centro-Oeste	3,3	4,8	7,4	8,3	11,4
2. Indústria	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Norte	1,0	1,7	1,1	1,3	3,0
Nordeste	9,4	8,3	7,0	7,5	9,5
Sudeste	75,4	76,9	79,1	75,2	69,1
Sul	13,5	12,3	12,0	14,9	16,2
Centro-Oeste	0,7	0,8	0,8	1,1	2,2
3. Serviços	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Norte	2,0	2,2	2,3	2,2	2,8
Nordeste	13,1	13,0	12,2	11,6	12,4
Sudeste	70,7	69,1	65,2	65,1	62,9
Sul	12,7	13,8	15,6	16,0	15,1
Centro-Oeste	1,3	1,9	4,7	5,1	6,8
4. Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Norte	1,7	2,0	2,2	2,2	3,2
Nordeste	14,1	14,1	12,0	11,5	12,2
Sudeste	66,5	64,1	65,0	63,8	62,2
Sul	15,9	17,4	17,0	18,2	17,3
Centro-Oeste	1,8	2,4	3,8	4,3	5,1

Fonte: FGV — IBGE

4. A Regionalização das Grandes Frações do Capital

Não se pretende, com os dados apresentados a seguir, defender que estaria ocorrendo, entre as regiões brasileiras, uma corrida dos investimentos das grandes empresas e dos grandes grupos oligopólicos na direção das regiões menos industrializadas. O que se pretende registrar é que, consistentemente com os dados que apontam na direção de uma maior participação das regiões menos industrializadas nos agregados macroeconômicos — como se constatou sobretudo para o setor industrial —, há uma presença cada vez maior da grande empresa estatal, nacional e multinacional nas unidades da Federação menos industrializadas e menos desenvolvidas economicamente.

Com base na utilização de informações sobre as maiores empresas, cabe registrar que, no Sudeste, encontravam-se, em 1987, cerca de 64% do número das 1.000 maiores empresas registradas pelos editores da revista Visão, de acordo com o patrimônio líquido. Vale destacar que 10 anos antes, em 1977, esta mesma fonte, através dos mesmos critérios, registrava que no Sudeste estavam concentrados 73% dos maiores estabelecimentos industriais (*).

O gráfico 5 revela os traços gerais da evolução entre 1977 e 1987 da localização dos 1.000 maiores empreendimentos. Chama-se a atenção para o caso do Nordeste, onde se localizavam 107 empresas em 1977, que passou a abrigar 153 das 1.000 maiores empresas em 1987. É importante examinar-se a referida base de informações levando em conta a natureza do empreendimento (estatal, privado nacional, estrangeiro) e a atividade produtiva à qual está vinculado.

No que se refere à distribuição segundo a propriedade do capital, cabe o registro inicial de que entre as duas datas, ocorreu uma mudança na composição dos 1.000 maiores empreendimentos, com uma participação bem maior das empresas privadas nacionais — 58,9% em 1977 para 72,2% em 1987 — e uma redução marcante da empresa estrangeira — de 21,5% em 1977 para 13,2% em 1987 — e da estatal. Isto posto, vale examinar qual dos empreendimentos, ou das frações do grande capital têm sido responsáveis pelo processo de “regionalização” antes referido (v. tabela 6).

(*) Existem alguns problemas nessas estimativas, uma vez que muitas empresas com atuação em outras regiões registram sua sede em Brasília, São Paulo ou Rio e portanto aparecem como aí localizadas.

Analisando os valores apresentados para as regiões, o que se percebe é que se deveu sobretudo às empresas registradas como de capital privado nacional o avanço maior das 1.000 maiores empresas fora do Sudeste. Ocorreu nestes empreendimentos um aumento de aproximadamente 65%, ao tempo que os demais tipos de empreendimentos recuam proporcionalmente entre os maiores. Note-se que a redução constatada para as empresas estatais nas demais regiões que não o Sudeste é bem menor que na região mais industrializada do país.

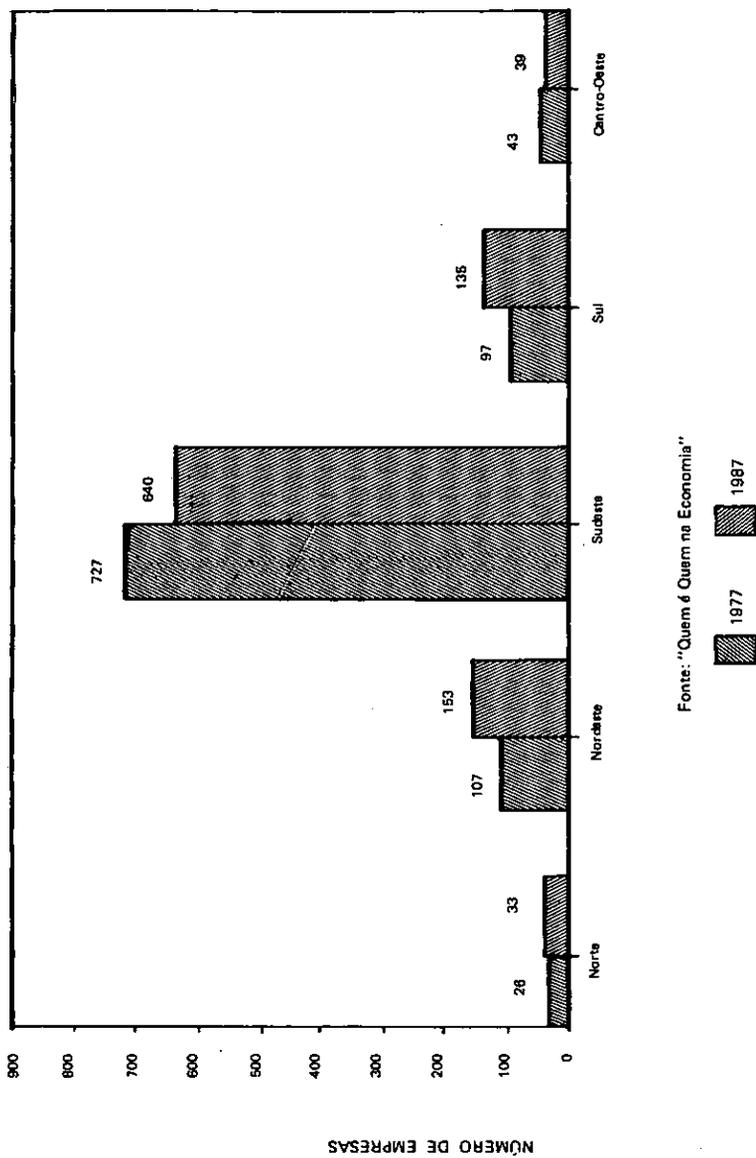
O que sugerem os dados é que a “regionalização”, em termos de número de empreendimentos — e não de montante do capital, do patrimônio ou da capacidade de produção — deu-se através sobretudo da empresa privada nacional que, ao aumentar sua proporção entre as 1.000 maiores em todo o país, expandiu-se significativamente mais nas outras regiões do que no Sudeste. No caso referido do Nordeste a grande empresa privada nacional praticamente duplicou o seu número: passou de 63 empreendimentos em 1977 para 113 em 1987. No Sul (de 71 para 115) e Norte (14 para 21) é menor o avanço, mas ainda assim significativo com respeito às empresas registradas como privadas nacional (v. tabela 6).

A tabela 7 desce a um detalhamento maior, agora apresentando o número de empreendimentos por cada setor produtivo. O que se constata é que a maior participação registrada com relação às regiões menos industrializadas, dá-se de modo bem mais acentuado no que se refere à extrativa mineral e à indústria de transformação, particularmente na região Norte que mais duplica o número de empreendimentos (de 10 para 23) e no Nordeste com uma expansão de 43% (de 67 para 96). Registre-se que não é desprezível o avanço verificado na região Sul (17,4%), quando o número de empreendimentos passou, entre 1977 e 1987, de 69 para 81. Entre as macrorregiões brasileiras, foi apenas no Sudeste onde ocorreu uma redução do número das grandes empresas voltadas para extração mineral e transformação industrial.

O declínio antes registrado da participação do Sudeste só não foi maior em razão do aumento do número dos grandes empreendimentos dos “serviços em geral”. No entanto, mesmo neste caso, há uma disseminação do número desses empreendimentos em todas as regiões, com exceção da região Norte e Centro-Oeste.

Quanto às empresas de serviços públicos, registre-se o declínio em todas as regiões, sobretudo no Sudeste, com ex-

GRÁFICO 5
BRASIL: LOCALIZAÇÃO DAS 1000 MAIORES EMPRESAS — 1977/87



Fonte: "Quem é Quem na Economia"

TABELA 6

BRASIL: DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS 1.000 MAIORES EMPREENDIMENTOS SEGUNDO A PROPRIEDADE DO CAPITAL

Especificação	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste		Brasil	
	1977	1987	1977	1987	1977	1987	1977	1987	1977	1987	1977	1987
Estatual	14	21	63	113	441	463	71	115	9	10	598	722
Privada Nacional	1	3	12	12	191	112	11	5	—	—	215	132
Estrangeira	11	9	32	28	95	65	15	15	34	29	187	146
Total	26	33	107	153	727	640	97	135	43	39	1.000	1.000

Fonte: "Quem é Quem na Economia".

TABELA 7

BRASIL: DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS 1.000 MAIORES EMPREENDIMENTOS SEGUNDO REGIÕES E ATIVIDADES
 PRODUTIVAS — 1977-1987

Especificação	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste		Brasil	
	1977	1987	1977	1987	1977	1987	1977	1987	1977	1987	1977	1987
Agríc. e Silvicultura	2	1	0	0	23	16	2	7	3	2	30	26
Extr. Miner. e Trans.	10	23	67	96	416	330	69	81	4	7	566	537
Construção e Engenh.	2	1	5	5	67	37	2	5	2	1	78	49
Comércio	0	1	4	5	41	43	5	5	0	1	50	55
Serviços em Geral	1	1	6	20	122	174	5	25	10	7	144	227
Serviços Públicos	8	6	25	25	41	27	11	9	20	19	105	86
Transp. e Armazenagem	3	0	0	2	17	13	3	3	4	2	27	20
Total	26	33	107	153	727	640	97	135	43	39	1.000	1.000

Fonte: "Quem é Quem na Economia".

ção do Nordeste que, neste particular, consegue manter o mesmo número entre os anos considerados.

Em resumo, o que os dados das tabelas anteriores sugerem é que foi sobretudo o capital privado considerado como nacional que registrou uma maior disseminação de sua presença, entre os grandes empreendimentos, nas regiões menos industrializadas. E, além disso, que este processo ocorre, principalmente, a partir dos empreendimentos industriais, incluídos, entre eles, os voltados para a extrativa mineral e da transformação.

Desta expansão do grande empreendimento industrial nas regiões menos desenvolvidas resultou o surgimento de núcleos industriais que estabeleceram para algumas unidades da Federação uma "especialidade" bem definida no contexto da divisão inter-regional de trabalho. Na Bahia destacavam-se, em 1987, os 26 empreendimentos classificados como química e petroquímica; no Pará 3 da metalurgia (metalurgia de não-ferrosos e produção metalúrgica diversa), 2 de mineração e 3 de produtos minerais não-metálicos; no Amazonas 9 de material eletrônico, uma de mineração e outra de metalurgia; no Rio Grande do Sul 7 de material de transporte (autopeças e carrocerias; tratores, máquinas e implementos), 4 de metalurgia (siderurgia, laminação e fundição); 12 de química e farmacêutica. Deve-se registrar, ainda, na região Sul a presença de Santa Catarina nos segmentos produtivos de produtos alimentares (carnes frigorificadas e industrializadas), metalurgia e mecânica.

Vale, finalmente, chamar a atenção para os casos específicos do Nordeste e da Amazônia, nos quais a "nova indústria" implantada através dos incentivos fiscais e financeiros tem a maior parte do seu capital controlado por grupos econômicos de fora das respectivas regiões. Assim, em 1985, na Amazônia somente 35,7% das inversões fixas dos projetos industriais em operação eram controlados pelo capital regional. No caso nordestino, no que se refere ao controle do capital social da "nova indústria", apenas 29,1% em 1977 pertencia a grupos econômicos da própria região; 27,8% era de grupos de São Paulo, 31,3% do resto do país, 3,6% de grupos do exterior e 8,2% de entidades governamentais.

5. Considerações Finais

Nesta análise centrada em alguns processos econômicos relevantes para a compreensão da questão regional bra-

sileira, foram assinalados aspectos da profunda articulação que passou a existir entre as regiões, não só da perspectiva do estreitamento das relações comerciais, como do aprofundamento da soldagem das estruturas produtivas regionais com a transferência de frações importantes dos capitais produtivos de uma para outra região.

Deste entrelaçamento e do desenvolvimento das relações mercantis e da integração produtiva resultaram transformações econômicas que alteraram, nas últimas décadas, o dinamismo das economias regionais e as relações inter-regionais. O que se constatou foi a ocorrência, nas fases mais dinâmicas da economia, de um crescimento maior das regiões menos industrializadas, que foi acompanhado, nas fases de crise e desaceleração, de um crescimento a taxas menores das regiões de mais alta renda, sobretudo o Sudeste. Foi esta constatação, perceptível sobretudo quando são examinadas as informações sobre produto industrial, que abriu a discussão recente da "reversão da polarização", no qual se assinala que, recentemente, ocorreu alteração em processos anteriores dos quais resultaram a intensificação da concentração da atividade econômica, e sobretudo a industrial, no Sudeste. As informações apresentadas confirmam este processo, reconhecendo as suas limitações e o fato de ter ocorrido beneficiamento de áreas restritas das regiões menos industrializadas.

A constatação anterior deve-se ressaltar que esta maior articulação entre as economias regionais, apesar das diferenças na intensidade do seu crescimento econômico, definiu um mesmo movimento das economias regionais, e mesmo estaduais, no qual aceleram-se conjuntamente e reduzem seu crescimento ou registram declínio simultaneamente. Os dados apresentados ilustram bem esta evolução conjunta das várias regiões, num mesmo sentido embora com taxas, por vezes, distintas.

A análise mostrou, também, que esta articulação inter-regional deu-se em algumas experiências regionais notadamente na Amazônia e no Nordeste, a partir de determinadas atividades produtivas, nas quais as referidas regiões se "especializam" ou definem uma complementaridade com as regiões mais industrializadas e seus mercados. Neste particular resultou a montagem de uma estrutura que se articula muito mais com as áreas mais industrializadas do que com a base produtiva de cada uma dessas regiões periféricas.

O personagem principal na "regionalização" das grandes frações do capital, na direção das economias menos in-

dustrializadas do país, foi o capital privado nacional, notadamente aquele vinculado à atividade industrial, extrativa mineral e de transformação. Neste particular, ele constituiu núcleos produtivos modernos nas regiões atrasadas que configuram uma nova divisão inter-regional de trabalho no qual não foi desprezível a ação governamental, quer através dos incentivos fiscais e financeiros, quer através da ação complementar de algumas empresas estatais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Pedro Fernando de; MARCANTÔNIO, Roberto Silveira; LIMA, Rubens Soares de. A Indústria Gaúcha de Bens de Capital na Dinâmica da Economia Brasileira. FEE. Porto Alegre. 1986.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar de. La Division Inter-regionale du Travail au Brésil et l'Exemple du Nord-Est. Université de Paris. Paris. 1979. (mimeo).
- AZZONI, Carlos Roberto. Indústria e Reversão da Polarização no Brasil. IPE. São Paulo. 1986.
- BRANDÃO, Maria de Azevedo. A Regionalização da Grande Indústria do Brasil: Recife e Salvador na Década de 70. In: Revista de Economia Política. Vol. 5, nº 4. out./dez. São Paulo. 1985.
- DINIZ, Clélio Campolina. Capitalismo, Recursos Naturais e Espaço: Análise do Papel dos Recursos Naturais e dos Transportes para a Dinâmica Geográfica de Produção Agropecuária e Mineral no Brasil e seus Efeitos no Padrão Regional Brasileiro. Unicamp. Campinas. 1987. (mimeo).
- CANO, Wilson. Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil — 1930/1970. Global. Campinas. 1985.
- Reestruturação Internacional e Repercussões Inter-regionais nos Países Subdesenvolvidos: Reflexões sobre o Caso Brasileiro. Campinas. 1989. (mimeo).
- FONSECA, Pedro Dutra. BRDE: da Hegemonia à Crise do Desenvolvimento. BRDE. Porto Alegre. 1988.
- FURTADO, Celso. O Brasil Pós-"Milagre". Paz e Terra. Rio. 1981.

- GALVÃO, Olimpio Arroxelas. Regional Development in Brazil: a Study of Economic Integration in a Unevenly Developed Country. University College London. Londres. 1987. (mimeo).
- GUIMARÃES NETO, Leonardo. Introdução à Formação Econômica do Nordeste. FUNDAJ. Massangana. Recife. 1989.
- MOREIRA, Raimundo. Una Política de Industrialización — El Nordeste Brasileño. Ediciones Siap-Planteos. Buenos Ayres. 1976.
- MULLER, Geraldo. A Economia Política Gaúcha dos Anos 30 ao Anos 60. In: DACANAL, José H. & GONZAGA, Sergius (organiz.). RS: Economia e Política. Mercado Aberto. Porto Alegre. 1977.
- OLIVEIRA, Evangelina Gouveia de, et alii. Indústria: uma Visão Geográfica nos Anos 80. In: IBGE. Brasil: uma Visão Geográfica dos Anos 80. IBGE. Rio. 1988.
- OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma Religião. Paz e Terra. Rio. 1977.